

O RIO, O TRABALHO, A VIDA: O UNIVERSO VIVIDO E FALADO PELOS PESCADORES DO SÃO FRANCISCO.

Roberto Mendes Ramos Pereira¹

Grupo Temático: Trabalho e Trabalhadores em Tempos de Globalização: Memórias, Histórias, Vivências.

Resumo

O presente objetiva fazer entender os sentidos que os pescadores do rio São Francisco, visualizados como trabalhadores das águas, dão ao seu ofício e ao rio no qual atuam, buscando, inclusive, mostrar como se comportam nas relações classistas no espaço em que eles se encontram, relações essas permeadas ora sim, ora não, por tensões, conflitos, resistências e lutas. Percebeu-se, a partir dos depoimentos desses pescadores, que a prática da pesca traz consigo não apenas um sentido econômico, mas também um significado social e cultural, visto que está permeada de simbolismos, afeições, sentimentos, sendo, portanto, uma referência de vida para essas pessoas. Analisados pelo prisma gramsciano, tais pescadores, organizados por um “aparelho privado de hegemonia”, que é a Colônia de Pescadores Z-3, trazem consigo formas de agir e de pensar construídas nas relações tecidas no meio social e na própria historicidade de suas trajetórias.

Pensar a categoria “trabalhador” nos tempos atuais, em que o próprio trabalho, neste contexto de globalização, parece sofrer uma mutação em suas estruturas, em suas maneiras de exercício, em suas dimensões, nos apresenta como uma desafiante tarefa. No entanto, atividade tão desafiante quanto essa é a de procurar entender como esse trabalhador se olha e se pensa. Isso porque entendemos que o exercício da alteridade, quando buscamos compreender os sentidos que as pessoas dão às suas próprias vidas, é algo difícil não somente para quem se acostumou a tratar as pessoas como objetos de estudo como é o caso de muitos de nós, pesquisadores, mas também porque compreender o modo de como elas entendem suas próprias trajetórias de vida e seu mundo de sentidos requer uma postura metodológica que pressupõe levar em consideração não somente suas falas, seus depoimentos, mas também exige de nós um exercício de situá-los num lugar, num tempo e, principalmente, numa conjuntura político-econômica e cultural determinada capaz de proporcionar maior inteligibilidade e um sentido próprio para esses discursos. Dessa forma, o presente estudo, que traz a cidade norte-mineira de São Francisco como o foco de análise, se configura como uma abordagem analítica e teórica sobre os pescadores do rio São Francisco, esses trabalhadores que construíram em suas trajetórias de vida um emaranhado de experiências, vivências e olhares em torno do rio e do trabalho com a pesca capaz, inclusive, de constituir para si um universo de sentidos próprio desses “profissionais das águas”.

Nesta direção, e já aproveitando-nos de todo esse pressuposto inicial, importante é ressaltar que quando tratamos aqui dos pescadores do rio São Francisco, referimo-nos a

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia –UFU sob orientação da profª. Dra. Dilma Andrade de Paula; Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: historia.rmendes@yahoo.com.br.

homens e mulheres que fazem do rio seu espaço de trabalho, estamos tratando de pessoas que moram numa região pobre onde as cidades, geralmente, trazem consigo um Índice de Desenvolvimento Humano-IDH bastante baixo se comparado aos grandes centros urbanos do Brasil, enfim, referimo-nos a um grupo de trabalhadores que têm no rio não somente um elemento da natureza, mas uma referência cultural, espacial, econômica e social. Com este olhar é mais fácil de compreender, por exemplo, a fala de uma pescadora, Dona Maria Beatriz, que, ao ser questionada sobre o que significa o rio São Francisco em sua vida e na de sua família, é enfática na resposta: “O rio significa tudo pra gente. Ele é o nosso tudo”². Com tal noção, podemos, desde já, começar a ter em mente o valor que o rio tem para esses trabalhadores, valor potencializado quando levamos em consideração os inúmeros obstáculos à sobrevivência dessas pessoas no semiárido norte-mineiro, sejam eles identificados na escassez de empregos formais, seja nas adversidades climáticas que se impõem como limites à prática pesqueira ou mesmo nos diversos problemas sociais vivenciados por esta parte do Brasil, isso sem contar com os empecilhos impostos por uma rígida legislação ambiental e pelas instituições de fiscalização ambiental à atividade pesqueira dessas pessoas junto ao rio.

Entendido isso, propomos aqui entender os sentidos que os pescadores do rio São Francisco, visualizados como trabalhadores das águas, dão ao seu ofício e ao rio no qual atuam, buscando, além disso, entender como se comportam nas relações classistas no espaço em que eles se encontram, relações essas permeadas ora sim, ora não, por tensões, conflitos, resistências e lutas. Como já foi citado, nosso olhar está focado, particularmente, sobre os pescadores da cidade norte-mineira de São Francisco, e temos como fontes principais de análise entrevistas com esses pescadores, Boletins de Ocorrência da Polícia Ambiental que traz informações sobre as ações infracionais dos pescadores e, ainda, o Estatuto da Colônia de Pescadores de São Francisco Z-3, entidade não governamental que congrega os pescadores em seus quadros como associados, organizando-os, orientando-os e auxiliando a regulamentação da atividade pesqueira.

Como primeiro passo para tratar desse assunto, importante é pensarmos sobre a expressão “ser pescador”. Isso porque, a meu ver, nela se encontram algumas chaves significativas de leitura para uma compreensão do sentido construído por este profissional sobre si mesmo e sobre sua vida. Primeiramente, entendo que a expressão “ser” diz muito sobre o significado da atividade na vida dessas pessoas. Sem querer filosofar ou tratar dessa questão em termos ontológicos, entendo que “ser pescador” não significa “estar pescador”, ou seja, não é uma função ou tarefa que se faz de modo casual. Esse entendimento foi fundamental, inclusive, para definirmos no campo metodológico a nossa amostra de pescadores entrevistados, ou seja, nosso foco é o pescador artesanal, classificado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA como sendo aquele profissional que, licenciado, “exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte”³, ou seja, é o pescador que tem na pesca não somente um meio de sustento para si e para sua família, mas principalmente uma parte significativa de sua existência.

Neste sentido, o sujeito histórico que tratamos aqui é o homem e a mulher que têm na pesca uma referência de vida, uma razão de existência, um “chão cultural” que lhe proporciona um sentido muito especial para os seus afazeres cotidianos. Essa visão sobre a vida provém de uma noção muito bem definida de “cultura”, noção construída por Almeida e Moraes (2011) e com a qual compartilhamos, uma vez que esses autores entendem a cultura

² Entrevista realizada com Maria Beatriz Pereira dos Santos, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

³ BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal**. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/pescampa/artesanal>>; acesso em 22 abril 2012.

“sempre tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes, além da promoção e do desenvolvimento de instituições e iniciativas do cotidiano, com todas as suas formas de expressão, organização e de luta no social”. A partir desse entendimento, compreendemos que na vida desses pescadores o rio e o trabalho com a pesca não tem apenas um sentido material relacionado à sobrevivência física. Ou seja, no contato com essas pessoas, fomos capazes de avançar em nossa reflexão, percebendo que a pesca para elas não tem uma razão unicamente econômica, social, cultural ou política, mas tudo isso ao mesmo tempo. A pesca para esses pescadores proporciona-lhes o que Bosi (1987), inspirada em Simone Weil, denomina de enraizamento, dado que simboliza a condição material de sobrevivência das práticas populares desses sujeitos. Dessa forma, entendemos que o pescador tem no rio, no peixe e em tudo o que a eles estão referenciados aquilo que antes denominei de “chão cultural”, no qual criou raízes simbólicas e de sentido para o seu modo de vida. Estrela (2009) nos ajuda nessa explicação quando dá uma ideia do sentido do que representa o rio para essas pessoas que moram à sua beira. Num estudo sobre toda uma população que morava à beira do rio São Francisco, na cidade baiana de Sobradinho, antes da criação da Represa de mesmo nome, e identificando essa população como *beradera*⁴, a autora ressalta que em termos simbólicos, o rio representava para essas pessoas “seu principal esquema de ‘percepção cultural’ e sua principal referência espacial” de modo que seu modo de vida estava referenciado num fazer e num saber fazer específico, emergidos da relação tecida entre cultura e natureza. É o que, em outras palavras, dissemos anteriormente: que o rio, enquanto elemento da natureza, produz às pessoas que o vivenciam cotidianamente todo um conjunto de valores, saberes, habilidades, numa palavra, uma cultura.

Questionado sobre o sentido que o rio tem em sua vida, o senhor João Pereira de Araújo, 68 anos, e já pescador aposentado, é contundente ao dar sua visão. Em suas palavras, “o rio significa como um pai pra nós, e depende muito de nós. Porque se qualquer um de nós destruir o rio ou de qualquer maneira destruir, nós estamos destruindo o nosso lar, o lar do nosso pai”. O senhor Osvaldo Pereira da Silva, 74 anos, pescador aposentado, mas ainda em atividade, traz consigo uma noção parecida, mas bastante associada à ideia de sobrevivência:

O rio é uma boa coisa pra nós, porque se não fosse esse rio, ainda mais pra nós que mora aqui na beira dele, é de uma grande importância pra nós. Porque é daí que sai o fruto. O rio enchendo faz uma vazante pra chegar lá e pranta, pranta o mantimento. Outra, tem o peixe, que a gente é pescador, é muita coisa aí pra nós. Porque nós temos de onde nós pranta e pega dentro dele o nosso alimento, pra família é tudo, pra sobreviver, né? (...) Porque se não tivesse esse rio aí, como é que a gente passava. Tem, vamos supor, tem a água muito boa de beber, só que tá fracassado porque tanta imundiça dentro do próprio rio. Se fizesse uma limpeza nesse rio, mió seria.⁵ (grifos meus).

Para além dessas considerações percebidas no contato com esses trabalhadores, a pesca também lhes aparece como algo inerente ao seu próprio desenvolvimento como pessoa e, geralmente, ligada à vida familiar. Ou seja, a profissão de pescador não é algo que se aprende ou se apreende na escola, mas na própria vida. A vida é uma escola. E em geral, os “professores” desse fazer são os pais, o marido, ou alguém da família, como é o caso do

⁴ Segundo Ely Souza Estrela “o termo *beradero* designava (e designa) todo indivíduo que tirava do rio, diretamente ou indiretamente, o seu sustento. O *beradero* expressava um modo de *fazer* e de *saber* bastante peculiar e inconfundível”.

⁵ Entrevista com o Sr. Osvaldo Pereira da Silva, 74 anos, pescador aposentado, no dia 26 de novembro de 2011, em sua residência em São Francisco-MG.

senhor Osvaldo, que pesca desde os 8 anos, atividade que, segundo ele, aprendeu com o pai. Enfim, o que se pode notar entre essas pessoas que trazem a pesca como parte essencial de suas trajetórias sociais é que tal atividade se mostra como uma prática em torno da qual existe um conhecimento, construído e continuamente reelaborado, uma cultura acumulada, uma técnica ou um modo de fazer, passado de pai para filho. Numa expressão, podemos dizer que a profissão de pescador se dá na vida e na história desses que tecem uma relação de proximidade com o rio.

Dito isso, o pescador do qual tratamos aqui não é aquele que pesca somente nos finais de semana ou aqueles que tratam a atividade como um esporte, e sim analisamos o pescador que trata a pesca e o rio como objetos de sentido econômico, político, social e, principalmente, cultural, fazendo da sua própria ação cotidiana um espaço de acúmulo de experiências, vivências e saberes, cultura aqui entendida como Raymond Williams (1979) entende, ou seja, como um processo integral da vida. Daí vem nossa necessidade metodológica de adentrarmos em seu mundo de sentidos, em seus discursos, em suas falas, procurando, com uma atitude de alteridade, tentar entender o trabalho do pescador a partir dos seus próprios relatos.

A partir da noção de que o rio é a casa e o mundo do pescador, por este vivido, falado, pensado e sentido, e por isso mesmo, entendendo que suas águas têm um sentido muito maior do que para outros que dela não fazem uso, é que partimos para uma análise mais minuciosa do significado que o trabalho de pescador tem para esses trabalhadores. Dessa forma, entendendo bem que a relação familiar que o pescador tem com o rio, pois que com ele acorda, com ele dorme e nele vive, podemos também compreender que este mesmo pescador faz do rio um mundo de vivências e experiências de táticas (conforme entende Michel de Certeau), pois nele são elaborados modos de fazer que somente ele, o pescador, possui, utilizando-os a seu favor.

No entanto, este pescador não age sozinho. Em geral, mas não necessariamente, ele faz parte de uma instituição, a Colônia de Pescadores, que o faz vivenciar estratégias dentro dos limites seguidos pela instituição, orientando-o, ensinando-o e fazendo-o agir conforme um rol de regras, leis ou normas, nem sempre criadas por eles próprios, mas a eles aplicadas, como é o caso dos Estatutos das Colônias de Pescadores, as leis ambientais, as leis que regulam a profissão de pescador profissional, as regras para aposentadoria, etc. Dessa forma, vejo que a experiência de ser pescador possui dois lados, um pessoal, individual ou familiar, onde se vive o cotidiano particularizado da atividade pesqueira, mas também um lado coletivo, onde ocorre a elaboração coletiva de convenções mínimas que direcionam as atividades desses pescadores.

Dessa forma, entendemos a Colônia de Pescadores como elemento constitutivo do que Gramsci (*apud* COUTINHO, 1999) denomina de sociedade civil, visto que, também ela, pelo menos no universo do pescador artesanal, é responsável pela elaboração e difusão de ideologias junto a tais trabalhadores. Isso significa que essa entidade apresenta-se como um espaço propício para a construção de uma hegemonia entre esses pescadores, hegemonia entendida, segundo Gramsci (*apud* COUTINHO, 1999, p.272-273), como a prioridade da vontade geral sobre a vontade privada, individual. “é a passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético-político (ou universal)”.

De acordo com esse prisma, o das Colônias de Pescadores, o pescador está inserido num campo de tensões, de luta por uma hegemonia, de interesses conflitantes. Nesses embates, ao que parece, entre ser pescador e não ser pescador há uma enorme diferença. Apesar de já ressaltarmos que o pescador se faz a partir de uma história de vida no contato com o rio, é importante entendermos que o lugar que ele ocupa é constantemente construído, principalmente quando levamos em consideração a colônia de pescadores. Visões hegemônicas sobre a vida são constantemente forjadas neste espaço. E é nesse sentido que,

em termos gramscianos, não há como pensarmos a colônia sem que a reconheçamos como aparelho privado de hegemonia.

Com tal pressuposto, ao que parece, o pescador do São Francisco, aí na colônia Z-3, é reconhecido como um sujeito de direitos e deveres desde que esteja institucionalizado no grupo, gerando daí um consenso, conceito tão caro a Gramsci. No artigo 9º do Estatuto da Colônia de Pescadores, ou seja, num documento consensualmente aceito, legitimado e seguido por toda a coletividade dos pescadores ali associados, reconhece-se como participante da entidade “qualquer “PESCADOR PROFISSIONAL” residente, domiciliado ou locatário na sua área de abrangência que solicitar sua inscrição na Instituição e que tenha, claramente, o seu ingresso aceito pela maioria da diretoria”⁶. Nesta classificação, mesmo que superficial, conseguimos identificar aquilo que Chauí (2007) chama de discurso competente, quando a entidade que congloera os pescadores em seu quadro de sócio e profere um discurso ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado, ou seja, o discurso competente aí é “o discurso instituído” e efetua-se na burocratização das sociedades contemporâneas e na ideia de organização que se encontra na base desse fenômeno.

Mas uma pergunta que nos fazemos é: O pescador se reconhece nesta definição que a colônia impõe? Até que ponto há uma sintonia entre o que a colônia diz ser o pescador e o que os próprios profissionais da pesca pensam? Em meio a essas perguntas, nos inquietamos com outros questionamentos que França (2002) nos faz: “O outro é somente falado? Ou também fala? Se fala, fala onde? Fala como? A sua fala é uma mera repetição dessa imagem apreendida e aprendida com o discurso identitário homogeneizador [o da colônia]?”. O senhor João Pereira, pescador desde criança, diz, por exemplo, que “ser pescador é um benefício da linha alimentícia e com um maior respeito aos amigos e mesmo à própria profissão, respeitar a piracema⁷, porque é a produção do peixe”, ou seja, em sua definição diversos valores proferidos extrapolam o discurso da Colônia de Pescadores. Segundo ele, a função de pescar está diretamente à alimentação, a um meio de sobrevivência, função visualizada como um benefício. Essa sua fala é coerente com o que ele disse anteriormente, quando retratou o rio como um pai que lhe proporciona alimento. Além disso, reconhece na prática pesqueira uma necessidade de respeitar ao grupo a que pertence, o dos pescadores, e também à própria dinâmica do rio, quando trata da piracema. Isso nos mostra que seu olhar sobre sua prática de pescador é construído de dentro para fora, de alguém que entende o que a função lhe exige porque a vivencia cotidianamente. Outro relato que nos possibilita perceber essa visão de quem vive a pesca é o do senhor Pedro José Alves, de 55 anos, pois é uma fala que se expressa com a autoridade de quem conhece, de quem vive, de quem tem a experiência construída no leito do rio. Segundo ele,

A pesca é bom demais, né. Só não tá melhor por causa do rio... seco... não tá tendo mais enchente pra o peixe melhorar. Quando tem mais enchente o peixe melhora. O melhor tempo de pegar peixe é agora, o mês que vem, agosto e setembro, o peixe sobe. Quando é o tempo do frio o peixe arruína, né...a água esfria, e no tempo do calor, não, a água esquenta e o peixe melhora. (...) A pesca ajuda, porque outro serviço não tem, né? Então a pesca ajuda. A gente sobrevive com a pesca.⁸

Esse depoimento aponta para uma noção de que a vida de pescador lhe dá conhecimentos, habilidades, táticas, que foram apreendidas ao longo da vida, no dia-a-dia da pesca. Entender que no período do frio a pesca se torna difícil, somente quem já pescou muito é que sabe. Como já dissemos anteriormente, não existe uma “escola de pescador”. Essa

⁶ Cf. Estatuto da Colônia dos Pescadores Z-3 de São Francisco, Minas Gerais. COPE-Z-3. 03 de março de 1996.

⁷ Período de desova dos peixes, quando eles sobem os rios até suas nascentes para desovar. No Brasil há leis que proibem a pesca neste período.

⁸ Entrevista realizada com o senhor Pedro José Alves, de 55 anos, pescador, em sua residência, em São Francisco-MG, no dia 25 de julho de 2011.

escola é a própria vida. Mais do que mostrar que conhece as habilidades e técnicas do seu trabalho, este pescador também dá uma razão da sua ação pesqueira: “outro serviço não tem”, uma informação que diz muito sobre o lugar onde esses pescadores se encontram, o norte de Minas Gerais, vivenciando a pobreza e a falta de postos de trabalho.

Contrastando com esse olhar, o pescador Ameril Rodrigues Lemos, de 63 anos, nos deu um depoimento bastante elucidativo sobre o significado que o trabalho com a pesca tem em sua vida. Questionado se gosta da profissão, apesar dos obstáculos, ele diz:

Olha, eu aprendi foi isso. Eu gosto da profissão, eu gosto de mexer dentro d'água. Eu gosto de ficar mais é lá no mato vendo a natureza. Eu gosto da natureza. Eu gosto de água. Então eu aprendi a fazer isso. Quando saio pra fora, fico doidinho querendo ir pro rio. Num guento ficar fora não. [E complementa, ao associar este trabalho à sua saúde íntegra:] Pra te falar a verdade, eu fora [da água] fico com o corpo mais ruim do que tando (*sic*) dentro da água. Já acostumei. Eu fico aqui em casa nos meses da Piracema, mais moço, é tanto trem que se apresenta, eu fui lá pro rio e melhorou. É uma saúde, tenho certeza. A gente tem que fazer o que a gente gosta. Eu gosto de mexer com a pesca, eu gosto de mexer com a rede. Mas se eu não tiver dentro da água, eu estou mexendo com a rede. Já acostumei, eu gosto mesmo.⁹

Nesses relatos, conseguimos entender o lugar construído e ocupado pelo pescador em suas relações sociais, em sua relação com o rio, em sua relação com o seu próprio trabalho. É como diz França (2002), o outro, quando fala, reposiciona o nós, fazendo com que sua fala apareça, visto que ele (neste caso, o pescador) toma para si o papel de construir seu próprio lugar de representação. Nessas falas conseguimos compreender a dimensão dada por este profissional à sua atividade pesqueira, ao rio como espaço onde se desenvolve seu trabalho, aos colegas de profissão que compartilham da mesma lida diária. Para uma melhor compreensão de como isso ocorre, a autora nos auxilia com a ideia de que o terreno onde os lugares se constroem é o terreno da experiência, da inserção dos homens no mundo. Ela entende essa experiência como possuidora de uma dimensão prática, uma dimensão sensível, uma dimensão de conhecimento e uma dimensão constitutiva, articulando essas duas categorias que são o homem e o mundo. Para nosso estudo que vincula e entende o pescador em sua relação direta com o rio, com a natureza, tal concepção nos ajuda a entender como o posicionamento do pescador frente ao seu mundo é construído nas relações que com ele tem. E é por meio da palavra, da narração de suas experiências enquanto pescador, que o seu lugar se reestabelece de forma dinâmica. Entendemos que daí, dessa experiência, do contato e da relação tecida com seu mundo (o rio), nasce a autoridade da sua fala. Sarlo, ao fazer uma crítica do testemunho, já dizia que “a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência” (SARLO, 2007, p. 24). Nisso compreendemos que a linguagem utilizada pelo pescador é capaz de construir-lhe um mundo de sentidos, assim como entende Williams (1979) que a vê como um elemento de autocriação humana.

Analisando o cotidiano dos pescadores do São Francisco, seja no rio, seja nas reuniões mensais na Colônia de Pescadores, percebemos que eles, individual ou coletivamente, com-partilham um modo de vida a partir da experiência que têm no contato com o rio, com o peixe, com os outros pescadores, com a colônia de pescadores. Esse compartilhar, no entanto, não significa necessariamente que têm uma visão homogênea, em que todos pensam a mesma coisa. Já dissemos anteriormente que a colônia é espaço de tensão, de embates, no qual ocorre

⁹ Entrevista realizada com Ameril Rodrigues Lemos, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

uma luta pela hegemonia. Mas isso diz pouco. Isso porque o entendimento do que é o trabalho e o ser pescador extrapola os limites da instituição “Colônia de Pescadores”.

Somente falar que esses profissionais formam uma categoria no interior do rol dos trabalhadores simplesmente porque estão ligados a uma instituição não basta e nem é suficiente para que entendamos esse grupo enquanto tal. Ser pescador é algo que acontece no processo histórico, a partir da experiência que se tem no mundo do trabalho (nos moldes thompsonianos). Isso significa que o sentido de classe trabalhadora, na vida desses homens das águas, não se dá exclusivamente pela Colônia, que parece não conseguir abarcar o amplo sentido construído e compartilhado do que é ser pescador. Se pudéssemos pinçar uma fala da autora Vera R. França e a colocarmos em meio às narrativas dos pescadores de São Francisco, talvez estaríamos fazendo com que eles explicassem em termos acadêmicos o que lhes ocorre: “O mundo em que vivo é aquele falado por mim e pela coletividade da qual faço parte” (FRANÇA, 2002, p.38), mas sabendo sempre que a identidade do pescador se dá para além dos limites da colônia a que está associado.

Em se tratando do pescador visualizado no grupo, na coletividade ou na categoria a que pertence, é possível perceber alguns limites que a institucionalização gera à sua ação pesqueira, seja porque ele está diretamente ligado à obediência às leis ambientais, às regras previstas do Estatuto da Colônia de Pescadores, ao seguimento de uma ética seguida tácita e coletivamente pelo grupo, ou ainda porque, para ter direitos assegurados em lei, como a previdência, seguro defeso, licença maternidade, ou mesmo para se fazer “representando” junto aos diferentes órgãos do Estado ou junto à Polícia Ambiental quando seu material de trabalho é recolhido em alguma ocorrência, é preciso estar associado à Colônia. Ou seja, a institucionalização tem um impacto significativo na ação dos pescadores, pois fora dela este trabalhador tem que encontrar recursos por si próprios para sobrevivência dele e de sua família.

Essa questão da “segurança” que a associação à Colônia de Pescadores gera a esses trabalhadores, noção que nos remete mais uma vez ao conceito de hegemonia pensado por Gramsci, apresenta-se como um fator bastante polêmico, visto que ela parece ser a condição *sine qua non* para se reconhecer como sujeito de direitos, ficando aqueles que não são colonizados à mercê de suas próprias forças. Essa situação é explicada por Gohn (1997) quando discute sua *Teoria dos Movimentos Sociais*, mostrando que a partir dos anos de 1990 o Estado se apresenta para a sociedade civil não mais como um opositor, com quem se deve lutar pelos direitos, e sim como um interlocutor, dado que é ele que coloca as regras. Assim, não se joga fora das regras. Dessa relação de interlocução (e dependência?) com o Estado, podemos complementar o sentido da expressão de Ricardo Antunes que classifica o trabalhador da contemporaneidade como uma “Classe-que-vive-do-trabalho”, isso porque, para nós, ela é uma “Classe-que-vive-não-só-do-trabalho”, dado que na relação de interlocução com o Estado é possível também se aferir direitos, benefícios e a própria sobrevivência. Nestes termos, ingressar numa instituição que lhe limita a ação não significa, pois, resignação frente aos problemas vivenciados individual e coletivamente, e sim uma postura ativa e consciente de quem luta pela sobrevivência, mesmo que seja vista como uma atitude paradoxal.

Mas se essa é a realidade do pescador do rio São Francisco, em que termos podemos entender a ideia da luta de classe e, principalmente, de consciência de classe? Pra responder tal questão, utilizo depoimentos de dois pescadores, o sr. José e a Dona Angelita, tentando mostrar que, na construção do seu mundo da pesca através da linguagem, é possível perceber o sentido que cada um dá à sua luta enquanto pescador e como este tem consigo uma consciência de classe.

Questionado sobre os problemas vivenciados pelos pescadores, o senhor José é enfático em sua resposta:

O maior problema que temos na Colônia de São Francisco é o IBAMA. Tem muito pescador que é profissional, mas é mal tratado, principalmente quando corre atrás do peixe na piracema. Mas não se vê que a gente sobrevive daquilo, os que arriscam pescar é porque não ganham o salário desemprego. A fiscalização é boa quando corrige, mas não quando trata a gente como bandido: chega com revólver no trabalhador, quebra a porta e invade o rancho do pescador. Precisa de certa educação pra conversar com a gente. Isso revolta o pescador. (...) a maioria desfaz da gente. Não temos crédito na cidade porque não temos renda. Era preciso dar valor do pescador. É gente que é profissional. Profissional hoje também trabalha sem carteira assinada, sem salário fixo.¹⁰

Nesta fala do senhor José, é possível identificar pelo menos quatro ideias capazes de mostrar alguns aspectos da luta e da consciência de classe que se configuram em seu cotidiano. Em primeiro lugar, não é difícil perceber a forma de como o pescador identifica em seu trabalho elementos com os quais se chocam, vendo nesses fatores problemas sofridos pelo pescador, principalmente aqueles que não fazem parte da Colônia de Pescadores: o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, os maus tratos sofridos pela classe por parte da Polícia Ambiental, a fiscalização, a falta de crédito na praça e, por fim, a falta de uma renda comprovada. Em sua indignação de ser comparado e tratado como bandido, chegando a ser abordado com revólver, o pescador tem clareza dos obstáculos vivenciados pela categoria. Seu relato aponta para a defesa de um grupo não-institucionalizado na Colônia de Pescadores, ou seja, é uma fala com um tom de denúncia-defesa dos pescadores que não fazem parte dessa entidade, e que requer respeito, educação ao ser abordado e, principalmente, valorização. Mais uma vez nos remetemos à situação de “segurança” referida por aqueles que fazem parte da colônia de pescadores. A noção do que vivencia o pescador constrói o que França (2002) denomina de discurso de identidade, pautado, sempre, num discurso de alteridade, ou seja, ele sempre fala de si a partir da relação que tem com o outro, seja o IBAMA, seja a polícia, seja o mercado, que insistem, em sua fala, não reconhecê-lo enquanto sujeito de direitos. Tudo isso nos aponta a ideia de classe construída por E. P. Thompson, que se faz a partir da experiência e esta, por conseguinte, fazendo emergir em meio ao grupo de trabalhadores uma consciência classista. Nesta direção, em se tratando desses pescadores do São Francisco, buscamos em Almeida e Morais (2011, p.02) uma importante ideia sobre o fazer-se das consciências de classe, que se adequa bem ao caso desses profissionais. Segundo os autores, as classes e as formações de consciências “se formam (“fazem-se”) não somente por questões econômicas ou “alimentares”, mas surgem como composições de dinâmicas sociais/culturais diversificadas e conflituosas”. O que percebemos disso é que o pescador construiu para si, a partir de suas trajetórias de vida e de suas experiências, um lugar no mundo e que é compreendido a partir das relações que tecem no meio social. Assim, entendemos que é exatamente nos diversos campos relacionais forjados por esses pescadores, nos quais o rio e o trabalho com a pesca emergem como referências de vida, é que a consciência de classe emerge ao longo de suas trajetórias enquanto profissionais das águas.

Mudando um pouco o foco, mas sem sair dessa questão das relações construídas pelos pescadores, no que diz respeito à relação entre eles e a Polícia Ambiental é importante ressaltar que não existe apenas o enfoque negativo sobre a ação fiscalizadora dos militares. A visualização destes por parte dos profissionais da pesca é ambígua. Isso porque alguns tratam a ação dos policiais como importante para preservação do próprio peixe no rio São Francisco. Questionado sobre o que acha do trabalho da Polícia Ambiental, conhecida também como Polícia Florestal, o pescador Ameril, 63 anos, é enfático:

¹⁰ Entrevista realizada com o Sr. José, 53 anos, pescador, no dia 26 de novembro de 2011, em sua residência.

Pra mim é bom demais. Se não fosse a Florestal nós não tinha mais peixe não, porque todo mundo aí tava dentro d'água, aliás, esses ricão podia aí medir tudo, jogar alguém pra pescar pra eles, acabar com o pequeno e tudo. A Florestal pra mim é uma boa coisa. Podia ter era mais, porque a lei deles são certa¹¹.

Sua visão de que a Polícia Ambiental é importante para conter a ação dos pescadores que pescam peixes grandes e pequenos indiscriminadamente reforça a fala de outra entrevistada, a senhora Maria Beatriz, de 49 anos, que ressalta que a ação dessa entidade é fundamental, isso porque, segundo ela, “eles estão fiscalizando pra não tirar o peixe pequeno do rio”¹². Apesar de notarmos o aspecto positivo com o qual é caracterizada, nas falas dos pescadores, a ação da Polícia Ambiental na fiscalização da pesca no rio São Francisco, na prática o que se vê é que alguns pescadores contrariam esse discurso, “enfrentando” a lei e a atuação desses policiais. Analisando alguns Boletins de Ocorrência emitidos pela Polícia Ambiental de São Francisco-MG, é possível identificar autuações realizadas, material de pesca irregular recolhido, pescadores evadindo do local de pesca no momento em que percebem a presença dos policiais, dentre outros dados, como expressos a seguir:

Durante patrulhamento no rio São Francisco, deparamos com o senhor Ivanei Silva Santos, que alegou ser pescador profissional, porém não portava sua carteira de pesca nem qualquer outro documento de identificação. O mesmo pescava utilizando uma tarrafa de malha 10 (dez) cm x 3,70 metros de altura. Constatava a irregularidade foi lavrado o auto de infração de número 129427, ficando apreendida sua tarrafa no depósito do 3ºGP PM MAMB de São Francisco, até a regularização junto ao Órgão ambiental. Vale ressaltar que o infrator foi autuado no valor de R\$120,36 (cento e vinte reais e trinta centavos).¹³

Durante patrulhamento aquático no rio São Francisco, nossa equipe deparou com 04 (quatro) redes armadas, as quais foram recolhidas. Além disso, recolhemos tarrafa que foi jogada ao rio por indivíduos que perceberam a nossa presença, então evadiram do local. Ainda fiscalizamos 09 (nove) pescadores amadores e 12 (doze) pescadores profissionais, onde todos estavam dentro das normas vigentes.¹⁴

Durante patrulhamento aquático no rio São Francisco, ao fiscalizarmos a margem esquerda deste, com o uso de garatêia¹⁵, localizamos 04 (quatro) redes de nylon seco que se encontravam armadas com malhas entre 08 e 12 centímetros e comprimento aproximado de 20 (vinte) metros cada, contrariando as normas vigentes. Diante dos fatos as redes foram recolhidas para o depósito deste GP PM MAMB. No decorrer do turno foram fiscalizados 12 pescadores profissionais e 08 amadores.¹⁶

Esses autos de infração nos remetem a uma situação ambígua por parte dos pescadores, principalmente os profissionais associados à Colônia de Pescadores. Isso porque entendemos que, por mais que eles saibam das normas ambientais, das punições às quais podem ser submetidos caso estejam pescando de forma irregular, ainda assim ocorrem casos em que eles contrariam a lei, tentando, inclusive burlá-la. No que se refere à relação

¹¹ Entrevista realizada com Ameril Rodrigues Lemos, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

¹² Entrevista realizada com Maria Beatriz Pereira dos Santos, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

¹³ Cf. Boletim de Ocorrência nº1252281, de 14 de junho de 2011. Local da ocorrência: Rio São Francisco, meio rural. Polícia Militar de Minas Gerais. São Francisco-MG.

¹⁴ Cf. Boletim de Ocorrência nº1252308, de 10 de julho de 2011. Local da ocorrência: Rio São Francisco, meio rural. Polícia Militar de Minas Gerais. São Francisco-MG.

¹⁵ Aparelho de pesca composto de vários anzóis (três ou mais), na extremidade da mesma linha.

¹⁶ Cf. Boletim de Ocorrência nº1252319, de 18 de julho de 2011. Local da ocorrência: Rio São Francisco, meio rural. Polícia Militar de Minas Gerais. São Francisco-MG.

institucional entre a Colônia de pescadores e a Polícia Ambiental o que se pode notar é que há uma tentativa de agirem em consonância e harmonia. Alguns Boletins de Ocorrência nos mostram que a presença da Polícia Ambiental na Colônia, seja para fiscalizar seja para proferir palestras educativas aos pescadores, tem certa regularidade, indicando que existem ações por ambas as partes neste sentido de orientar os pescadores quanto à prática pesqueira nos limites da lei. No entanto, a enorme quantidade de material apreendido pela Polícia Ambiental, geralmente material sem identificação, nos sugere pensar que os pescadores fazem da prática de burlar as leis ambientais ou mesmo de esquivar-se da fiscalização da Polícia Ambiental um meio de obter o peixe a qualquer custo. Assim, é possível classificar entre os pescadores uma prática conflitante com um discurso, pois, ao mesmo tempo em que denunciam a captura irregular de peixes pequenos demais, portanto, fora da medida permitida pela lei ambiental, também vemos que existem aqueles que colocam em prática essa irregularidade. Neste contexto, conseguimos identificar um momento-chave em que a sociedade civil, cristalizada na Colônia de Pescadores, está ora em harmonia ora em conflito com a sociedade política, o estado-coerção, conceito elaborado por Gramsci e que aponta para a visualização de um conjunto dos mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e violência (COUTINHO, 1999, p. 127).

Para além das contradições internas do trabalho do pescador do São Francisco, é possível se notar outros obstáculos e limites que tornam a pescaria uma atividade permeada de tensão e objeções. Analisando a fala de Dona Angelita, notamos a forma de como ela percebe seu trabalho, as dificuldades dessa atividade e, ainda, o significado da pesca para sua vida e de seus familiares. Segundo ela, “a pescaria de um tempo pra cá mudou muito, tá muito devagar. Hoje em dia o rio tá muito devagar. Tem dia que não pega nada, tem dia que Deus dá boa sorte. A pesca pra nós é o primeiro lugar, pois nós vive é com a pescaria”.¹⁷ Essa sua visão nos leva a entender que o pescador tem uma consciência histórica sobre si e sua atividade. Dizer que a pescaria, de um tempo para cá, está muito devagar, revela uma noção de que a ação pesqueira é histórica, pois pressupõe um tempo e um lugar. Pescar não é igual em todo tempo e em todo espaço. Nesta parte do rio São Francisco, o trabalho do pescador passa, na visão desses homens e mulheres das águas, por um momento bastante difícil, fazendo-os, muitas vezes, acreditar na intervenção divina para que a situação melhore. Confiar os resultados de uma boa pescaria a Deus pode, assim, ser vista como parte de suas táticas, como a arma do fraco, como entende Michel de Certeau. No entanto, disso tudo podemos entender que tanto a fala quanto os posicionamentos desses barranqueiros do Velho Chico se configuram e se mostram como de sujeitos ativos, históricos, cientes e conscientes de sua ação junto ao rio São Francisco, mas também do significado dela para si e sua família. Dessa forma, em torno das afirmações de que “a pesca, para nós, é o primeiro lugar, pois nós vive é com a pescaria” é possível encontrar outras verdades: que o rio e a ação de pescador têm um sentido não somente de sobrevivência, mas também de referência de vida para os pescadores e suas famílias. É como se não pudéssemos compreender seu universo cultural, econômico e social sem esses elementos.

Em face da noção de classe construída pelo próprio pescador, uma classe que se faz e que se molda a partir da experiência que se tem na relação com o rio, entendemos que passado, presente e futuro formam um todo na fala desses trabalhadores, visto que entendem claramente o processo de transformação pelo qual o rio tem passado, fazendo-o sentir e vivenciar um presente permeado de dificuldades, mas mesmo assim ansioso por uma realidade futura melhor que a atual. Enchentes, seca, falta de peixe, dificuldades na prática pesqueira ou na relação com instituições como a Polícia Ambiental ou o IBAMA, tudo isso

¹⁷ Entrevista realizada com Dona Angelita, pescadora, esposa de pescador, no dia 25 de novembro de 2011, em sua residência, em São Francisco.

forma um mosaico de elementos que compõem o universo do pescador do São Francisco e que o faz agir, pensar e se posicionar frente ao mundo do seu jeito.

Na retomada das questões iniciais, e já finalizando nossas discussões, vale ressaltar que a noção de trabalhador que pudemos construir dessas abordagens teóricas e do contato com os próprios pescadores é a de um trabalhador vinculado não somente a uma função social e econômica, mas a uma cultura (oriunda de sua experiência e do seu modo de vida) enunciada pela linguagem que, por sua vez, constitui seu mundo. Por outro lado, analisados enquanto categoria, pudemos notar que as relações de classe, permeadas de tensões, conflitos, resistências e lutas, se dão contraditoriamente por posicionamentos articulados na relação com o outro, seja este quem for, gerando daí ora uma relação de oposição ora de interlocução, dependendo das táticas utilizadas. Por fim, esse estudo nos fez entender que, ao pesquisar a vida e o trabalho do pescador do São Francisco, este rio de possibilidades que corta o Brasil se apresenta a esses homens como um espaço natural de vivências e experiências, capaz de servir para toda a família como uma referência para suas vidas, com um sentido não apenas econômico, mas social, político e cultural. Assim, em meio aos prazeres, angústias, temores e anseios vivenciados por tais pescadores, o que identificamos são homens e mulheres que, organizados a partir de um “aparelho privado de hegemonia” que é a Colônia de Pescadores Z-3, trazem consigo formas de agir e de pensar construídas nas relações tecidas no meio social e na própria historicidade de suas trajetórias.

Pescadores entrevistados

- Maria Beatriz Pereira dos Santos, pescadora, 49 anos.
- Osvaldo Pereira da Silva, 74 anos.
- Pedro José Alves, de 55 anos.
- Ameril Rodrigues Lemos, pescador, 63 anos.
- Sr. José, 53 anos.
- Dona Angelita, pescadora, esposa de pescador.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de; MORAIS, Sérgio Paulo. **Anotações sobre cultura, memórias e trabalhadores**. Mimeo. Uberlândia, 2011.

ANTUNES, Ricardo. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: ____ **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BOSI, Alfredo, org. **Cultura brasileira - temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In: _____. **Invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. Nova edição ampliada, 1999.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: ____ **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ESTRELA, Ely Souza. Um rio de memórias: o modus vivendi dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia). **História & Perspectivas**, Uberlândia (41): 115-139, jul/dez, 2009.

FRANÇA, Vera R. V. Discurso de identidade, discurso de alteridade: A fala do outro. In: GUIMARÃES, César et al. (orgs.) **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos Movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1997.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: ____ **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 23-44.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: ____ **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 269-281.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.